

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O TURISMO NO MUNDO CAPITALISTA: ALGUMAS REFLEXÕES.

Lillian M^a de Mesquita Alexandre ¹⁴⁷

RESUMO

O artigo proposto teve como objetivo analisar a dificuldade da busca por um Desenvolvimento Sustentável na sociedade capitalista. Pretendeu-se com isso, traçar um histórico do desenvolvimento sustentável, destacar quais são os seus pilares básicos, identificar as principais características da sociedade capitalista e destacar qual a principal dificuldade da busca por um desenvolvimento mais equilibrado e que leve em consideração o meio ambiente e aos aspectos sociais, no momento da inserção do turismo enquanto atividade que fomenta esse desenvolvimento. Alguns destes que foram abordados nesta investigação dependeram de uma ampla análise bibliográfica relacionada à temática, bem como da respectiva avaliação dos dados encontrados. Por tanto, uma série de problemas ambientais tem sido desencadeada pela ação antrópica e a sociedade moderna precisa buscar meios mais equilibrados para o seu crescimento econômico, desse modo é necessária uma mudança de hábitos através da propagação da conscientização e educação ambiental.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável. Capitalismo. Turismo Sustentável. Meio Ambiente.

451

ABSTRACT

This study aimed to analyze the difficulty of the search for Sustainable Development in capitalist society. It was intended, with Therefore, tracing the history of sustainable development, highlighting their pillars, identify the main features of society capitalist and emphasize the main difficulty of the search for more balanced development, taking into consideration the environment and social aspects at the time of insertion of tourism as activity that fosters this development. Some of these topics were addressed in this study depended on extensive analysis literature related to themes, as well as their assessment of the data found. Therefore, various environmental problems were triggered by human action that makes modern society seek ways to more balanced economic growth, which generates change in habits by spreading awareness and environmental education.

Keywords: Sustainable Development. Capitalism. Sustainable Tourism. Environment.

¹⁴⁷ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe; Bacharel em Turismo Universidade Tiradentes – Aracaju. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. E-mail: lillian_mesquita@hotmail.com.

1. Introdução

O presente trabalho teve por objetivo traçar uma breve discussão sobre o desenvolvimento sustentável, o capitalismo e o turismo enquanto interfaces possíveis. Este tema tem sido amplamente discutido pelas Ciências Sociais e nas mais variadas organizações sociais da atualidade, em virtude do estágio alcançado pelos impactos causados pela ação antrópica à natureza e da emergência e necessidade de refletir a maneira como se processa o desenvolvimento econômico, que interfere na qualidade de vida da sociedade e provoca impactos irreversíveis à natureza, tendo como motivador, muitas vezes, a atividade turística.

Dessa maneira, pretendeu-se destacar alguns elementos essenciais à compreensão do tema: histórico do desenvolvimento sustentável, Agenda 21 e sua importância como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, características da sociedade capitalista e sua (in) sustentabilidade e a atividade turística enquanto indutor desse processo.

Sendo assim, a sociedade capitalista moderna apresenta como principal característica a busca incessante pelo “lucro” e o “consumo exacerbado”. Estes elementos fazem com que cada vez mais os ecossistemas naturais sejam destruídos e, por conseguinte, a prática da atividade turística acarreta uma mudança de postura quanto a ele. Porém, a atual sociedade necessita buscar meios de preservar a natureza, pois a mesma já sofre as consequências da ação antrópica: aquecimento global, poluição atmosférica e aquática, crescimento do número de tsunamis, furacões, ciclones, desertificação, enchentes e secas cada vez mais prolongadas.

Desse modo, é preciso destacar a maneira como a ação humana tem causado impactos ao longo de seu processo histórico e buscar meios de revertê-lo, para que as gerações futuras tenham acesso à biodiversidade atual e a atividade turística possa ser veículo de desenvolvimento sustentável.

2. E por falar em desenvolvimento....

Falar sobre desenvolvimento é remeter a vários significados que se direcionam para o ser, o crescer, o processo de descobrir, a mudança. É mudar de estágio, é alcançar uma maturação, pois o termo desenvolvimento é utilizado em várias concepções, residindo aí a dificuldade em defini-lo (VARGAS, 1999).

Graças a seu caráter fluido e aos seus objetivos humanistas, Becker (1999, p. 18) descreve o tema desenvolvimento como “uma assimilação da conotação positiva de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, pois ‘desenvolver-se’ seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor”.

Mas perceber que o desenvolvimento não é um processo natural, que só precisa ser deixado livre para evoluir, é conseguir crescer no entendimento do conceito. É poder perceber que a noção de desenvolvimento não se impõe somente como evidente, mas também como universal, onde devem ser rompidos e ultrapassados os esquemas não só econômicos, mas também civilizacionais e culturais, que pretendem fixar o seu sentido e as suas normas. Nenhum desenvolvimento é adquirido para sempre. (BECKER, 1999; CAIDEN; CARAVANTES, 1988). Benevides (1996, p. 164) menciona que:

[...] existem vários envolvidos com o processo por meio do qual uma sociedade utiliza crescente, cumulativa e auto-sustentadamente a sua capacidade produtiva – expressa na sua ampla dotação dos fatores de produção – no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis, pode ser uma saída, mas ao mesmo tempo, não se pode excluir a interrelação que ele tem com a questão ambiental.

453

Segundo Sachs (1986, p. 10), “[...] o ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento. Deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão”. Para alcançar tal estágio, faz-se necessário perceber que o desenvolvimento é uma finalidade, mas deve deixar de ser uma finalidade míope ou uma finalidade-*terminus* (grifo nosso). A finalidade do desenvolvimento está sujeita a outras finalidades. Viver verdadeiramente e melhor. Viver com compreensão, solidariedade e compaixão. Viver sem ser explorado, insultado e desprezado. A percepção dada por Caiden e Caravantes (1988, p. 30) para desenvolvimento com outro olhar sobre o assunto:

O desenvolvimento nunca será, nem pode ser definido de maneira a agradar a todos. Refere-se, ele, falando em termos gerais, ao desejável progresso social e econômico. E as pessoas sempre terão opiniões diferentes sobre aquilo que é desejável. É certo que desenvolvimento tem que significar a melhoria das condições de vida, para qual são essenciais o crescimento econômico e a industrialização. Se não se der, porém, atenção à qualidade do crescimento e à mudança social, não se poderá falar em desenvolvimento [...].

2.1 O Turismo e Importância para o Desenvolvimento Local Sustentável

A atividade turística é um fator importante para qualquer economia local, regional ou nacional, pois o movimento constante de novas pessoas aumenta o consumo, incrementa as necessidades de maior produção de bens, serviços, empregos e, conseqüentemente, a geração de maiores lucros, o que leva ao aumento de riquezas pela produção da terra, pela utilização dos equipamentos de hospedagem e transporte, e pelo consumo ou aquisição de objetos diversos de alimentação e de prestação dos mais variados serviços.

A importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas pré-condições naturais e econômicas (existência do atrativo turístico, infra-estrutura urbana, equipamentos turísticos e acessibilidade ao mercado consumidor), das características do município e, em função de suas alternativas, do papel reservado a esse setor em sua estratégia de desenvolvimento econômico.

A percepção de que o turismo é uma ferramenta poderosa para gerar empregos e renda, deve ser entendido por todos os setores que lidam com essa atividade, de forma que venham a utilizar a localidade conscientemente a fim de promover sua auto-sustentabilidade gerando, dessa forma, um bom relacionamento entre comunidade, governo e meio ambiente.

454

O processo de globalização, segundo Rodrigues (1997), unifica os mercados, definindo subespaços hierarquizados ou não, que vão dos centros às periferias, determinando relações de dominação e de subordinação – “verticalidades”. Cavaco (1996, p. 98) afirma que, em síntese:

[...] o crescimento econômico, identificado com o aumento global de produção e de riqueza, importa o *desenvolvimento*, que é simultaneamente econômico, social e também territorial, e que envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida, das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

A mudança no entendimento sobre o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza, mostra o quanto é importante o encadeamento destes até chegarmos ao fomento do turismo nas localidades. A interpretação dada por Beni (2001, p. 65), nos remete a uma visão de que:

O desenvolvimento do turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

O turismo deve ter o seu desenvolvimento racionalmente pré-determinado, para que as necessidades e potencialidades sejam gerenciadas e se transformem em estratégias que conduzam à inserção do patrimônio natural, histórico e cultural no circuito econômico, evidentemente através do uso não predatório dos mesmos. Conforme Cara (1996, p. 86), percebe-se que, do ponto de vista territorial:

[...] el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primera magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese territorio organizado y con sentido que impacta. Es una actividad creadora de imágenes y representaciones que impregnan no solo a los agentes y la sociedad de que forman parte los usuarios (es decir el mercado), sino también a las sociedades receptoras.

455

Neste momento, torna-se imprescindível que haja o planejamento dessa atividade, uma vez que é preciso o conhecimento prévio do meio físico, suas aptidões e limitações naturais, dos fenômenos culturais e sociais, dos aspectos econômicos da região e a análise da inserção do turismo nesse contexto.

No turismo, o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinando suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimar, regular ou restringir sua evolução.

O desenvolvimento econômico do turismo pode ser viável e constitui o objetivo da maioria dos planos em nível local, regional e nacional, porém seus impactos sociais e ambientais são praticamente inevitáveis. Por isso, torna-se necessário empreender planos de desenvolvimento do turismo que estabeleçam a

capacidade de carga das destinações, considerando o equilíbrio entre os efeitos econômicos, sociais e culturais e dos recursos naturais da atividade.

O desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa, não calcada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre idéias e princípios de bem-estar e da felicidade das pessoas. Os problemas sociais dos países não poderão ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento, o que faz com que o turismo possa contribuir para criá-la (RUSCHMANN, 1997, p. 164).

Essa visão, mais responsável e consciente com a própria natureza da atividade turística, incorpora na relação homem x natureza e turismo x turista uma sintonia necessária para o aproveitamento dessa atividade, tornando o visitante atual um parceiro para o desenvolvimento turístico da localidade. Por isso é que as diversas comunidades buscam explorar o turismo como forma de melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, o que transcende ao mero desfrute de bons serviços pelo visitante ou mesmo na simples economicidade dos efeitos da maior presença de consumidores no destino.

3. O desenvolvimento e o turismo sustentável

Reportar-se ao termo sustentabilidade é buscar, em outras palavras, que o desenvolvimento deva ser capaz de prosseguir de forma praticamente permanente, como um processo de aumento de produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental (GOMES, 1995). Becker (1999, p. 20-21) descreve que a noção de desenvolvimento sustentável vem sendo utilizada como:

[...] portadora de um novo projeto para a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Transforma-se, gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc.

O Desenvolvimento Sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (DIAS, 2004, p. 120).

Desse modo, esse conceito surge da necessidade e contradição de que as nações se encontram para promover o desenvolvimento e crescimento, mas explorando de maneira racional os recursos naturais. Pois é preciso reaprender a utilizar estes recursos para haver um maior equilíbrio no Meio Ambiente, pois o mesmo seria direito de todos, segundo a Constituição Federal, como afirma Pelicioni (2005, p. 593):

A Constituição Federal brasileira de 1988 foi a primeira a incluir um capítulo sobre Meio Ambiente. Caracterizou em seu capítulo 6º a educação como direito social de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania. Ela determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à ótima qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

457

É sabido que as preocupações do homem com o meio ambiente foram exacerbadas após a Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou uma notória preocupação com a escassez de recursos aliada a fenômenos climáticos como o de 1952 em Londres, denominado “*smog*”, e catástrofes de contaminação como o “Mal de Mina mata” em 1953 no Japão. Tais acontecimentos fizeram com que, na década de sessenta, surgisse um verdadeiro movimento denominado ambientalismo, inspirado na obra da bióloga americana Rachel Carson, denominada *Silent Spring*.

A partir daí desenvolveu-se um verdadeiro arcabouço legislativo ambiental em nível mundial que induziu, inclusive, o ordenamento interno de diversos países. Com o moderno acesso às informações tecnológicas, verificaram-se que os impactos ambientais advindos da utilização dos recursos naturais, não poderiam ficar restritos à responsabilidade de alguns países. A descoberta de que a utilização dos recursos naturais eram finitos fez com que fossem definidos os limites da segurança para que o bem-estar não fosse comprometido.

Desta forma, ao longo das últimas décadas, aliada ao modelo político, aumentou-se a intervenção do Estado, não só pela busca do equilíbrio do mercado, mas visando a induzir determinadas condutas em prol da sustentabilidade ambiental. Ao contrário do que se poderia imaginar, a busca pela eficácia econômica parece ter confluído para a criação de mecanismos de intervenção que beneficiam o meio ambiente. Para Becker (1999, p. 23), a concepção “econômica” do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como:

[...] a solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta sociais pelo controle dos recursos naturais passe em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política. Ignora-se (ou tenta-se ignorar) o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procurando criar condições para poupá-los sem, no entanto, considerar as *condições sócio-políticas* que regem o poder de controle e uso destes recursos.

A noção da sustentabilidade da exploração do turismo nos leva a incorporar ao conceito de usuários, todos os que contemporânea ou futuramente estabelecem ou possam vir a estabelecer relação de proveito com a atividade, explorando-a economicamente, gerindo-a ou usufruindo-a na condição de visitante. A permanência da atividade de forma proveitosa para todos, passa a ser o valor mais perseguido. 458

Para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que se refere ao atrativo turístico. Ruschmann (1997, p. 44) aponta que:

Os conceitos de desenvolvimento e turismo sustentáveis estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente. Isso porque o desenvolvimento do turismo, em particular depende da preservação e da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política ambiental e turística adequada.

O desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às

necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humanos e ambientais, sejam tidos através dos tempos.

O turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade visada, oferecer ao visitante uma elevada qualidade de experiências e manter a qualidade do ambiente de que tanto a comunidade anfitriã como visitante dependem.

A discussão iniciada sobre desenvolvimento suscita a questão do homem e natureza sobre o ponto de vista do meio ambiente e este, sofrendo a interferência do turismo em seu contexto, percebe que há uma interrelação entre esse desenvolvimento “sus”tentável e a prática do capitalismo exacerbado, aonde é levada a exploração dos recursos a qualquer custo, o que justifica a promoção de um desenvolvimento, que, antes de ser sustentável, é econômico.

Quando Gonçalves (1996, p. 25) menciona que “[...] a natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”. Ele traz à análise uma visão tradicional da natureza *versus* homem-sujeito, que parece ignorar todos os significados ligados à palavra sujeito, ao ser ativo, ser dono.

459

Como se verificou ao longo do estudo, o turismo tem uma forte relação entre o homem e a natureza que formam o meio ambiente. E a percepção que o homem tem de natureza vem se modificando com o passar do tempo, pois com o pensamento capitalista, o que prevalece é o lucro e a exploração e não a sustentabilidade nas relações.

3.1 Os elos desenvolvimentistas e o capitalismo

A percepção que o homem tem da natureza vem se modificando com o passar do tempo. Iniciou-se em meados do século XVIII, onde as pessoas consideravam a natureza, em seu estado primitivo, totalmente desagradável. O bom e o belo eram os campos cultivados; a terra não arada não tinha valor e indicava homens incultos. Contudo, entre o final desse século e o começo do século XIX, a relação homem/meio-ambiente natural mudou de forma radical. As áreas naturais

não cultivadas, ainda em estado preservado, passaram a tornar-se fonte de inspiração.

Contribuíram para essa mudança de atitude vários fatores: as cidades apresentavam, já no começo da revolução industrial, um acelerado crescimento urbano e populacional, e a poluição gerada pelas fábricas começava a alterar a qualidade do ar. A natureza passou, então, a ser idealizada como lugar de reflexão, isolamento e contemplação. À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas em contato com a natureza, no gosto pelas flores silvestres, na observação de pássaros e no sonho com finais de semana no campo.

Há inúmeras evidências da mudança de paradigma na sociedade global em relação ao meio ambiente. As atenções e preocupações se voltaram para um novo modelo de crescimento (desenvolvimento), para uma forma sustentável de utilização dos recursos naturais e para o desenvolvimento de tecnologias que nos levem nessa direção. O recente movimento ambientalista mundial chamou a atenção para a necessidade da mudança dessas crenças e valores, orientando para o crescimento com restrições, para a proteção da integridade dos ecossistemas em nome da sobrevivência do planeta e para uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

460

O processo de desenvolvimento do capitalismo foi lento, tendo como aliado para a desestruturação do modo de produção feudal, a ação da burguesia que queria, a todo custo constituir uma nova classe social. Foi na cidade que os comerciantes, com sua riqueza acumulada, reuniam-se, artesãos se concentravam e assim ocorria a ruptura da economia feudal. Com o fortalecimento da burguesia comercial, as cidades obtiveram a sua autonomia e passaram a ser destino dos servos que fugiam dos feudos.

Houve uma maior diferenciação entre o comércio feudal e o de transição para o capitalismo, pois antes se praticava o escambo, o qual se realizava para satisfazer as necessidades dos indivíduos de possuir mercadorias que não podiam produzir. Convém lembrar a importância da industrialização, que é um processo amplo, o qual marca a chamada Idade Contemporânea, caracterizando-se pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas. O processo de urbanização

está intimamente relacionado ao da industrialização, pois são as cidades que darão base territorial para que ele se concretize, já que nelas se concentram capital e força de trabalho.

A industrialização do modo capitalista de produção se dá, principalmente, a partir do fortalecimento da atividade comercial, da sua transformação em classe social (a burguesia) e do enfraquecimento do sistema feudal. Esses acontecimentos irão propiciar a primeira etapa do desenvolvimento capitalista denominada de capitalismo comercial, fase que permitiu a acumulação primitiva.

Porém, o novo modo de produção ainda não havia se desenvolvido plenamente, já que o trabalho assalariado não havia se estabelecido de forma predominante, fato esse que irá ocorrer a partir do desenvolvimento da manufatura artesã, que passa a utilizar-se de mão-de-obra assalariada de forma cada vez mais intensa.

A Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, propiciou um grande aumento da produtividade e, conseqüentemente, do lucro, baseado no progresso técnico, mas também na exploração intensa da mão-de-obra assalariada através de longas jornadas de trabalho e baixíssimos salários.

461

A partir da revolução industrial, a urbanização toma ritmos muito acentuados, ou seja, há uma diminuição cada vez mais concreta da população do campo, ao contrário do que ocorre com a população das cidades. O desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos modos de urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades e na sua estrutura interna.

Convém lembrar que o capitalismo existente nos países periféricos subordinava-se amplamente ao capitalismo mundial. É o que ocorre, por exemplo, com a multinacionalização das empresas no mundo. Essa fase caracteriza-se por uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Desse modo, não ocorre mais a troca de produtos industriais por primários, mas o trabalhador dos países em desenvolvimento cria produtos com valor de nível internacional. A diferença é que sua força de trabalho tem menor valor decorrente do padrão de vida e do seu local de origem.

Em virtude dessas desigualdades econômicas serão produzidas urbanizações diferentes e também desiguais, E a cidade vai ser o espaço em que vão se

desenvolver estas manifestações. A cidade, dessa forma, não é um fenômeno criado pelo capitalismo, pois precede este sistema econômico, mas reúne as condições para que o mesmo se desenvolva.

Sendo assim, a sociedade capitalista tem, como princípio, a busca incessante pelo lucro, caracterizando-se pelo incentivo à propriedade privada e por uma economia que gira em torno da “Lei da Oferta e da Procura”. Uma sociedade em que ocorre um desenvolvimento social, onde parte dela tem acesso à qualidade de vida e outra parte vive à margem vivenciando vários problemas sociais. No entanto, fica clara a contradição existente entre a política de desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente. Pois este modelo visa ao aumento da riqueza e da produção em detrimento à conservação dos recursos naturais.

Desse modo, como afirma Zamberlam (2001, p. 12), “há que se alertar que dentro dessa nova realidade, o próprio sistema econômico capitalista nos induz a acreditar que procedimentos tecnológicos ecologizados por si só levam à construção de uma nova sociedade”.

Por isso, o modelo atual de sociedade busca saídas para a situação da (in) sustentabilidade econômica, social e ambiental em que se encontra, mas é difícil alcançar a partir da sua lógica. Não acreditar numa política de sustentabilidade é aceitável, pois não há como se utilizar dos recursos naturais sem, de alguma forma, provocar alterações. Mas é também preciso parar e repensar a melhor forma de utilizar os recursos naturais provocando a menor agressão possível. 462

Considerações finais

Diante dos argumentos citados, verifica-se uma situação de degradação ambiental em escala planetária. Neste sentido, é preciso repensar uma nova forma de administrar o crescimento econômico e refletir as práticas do turismo em relação a essa nova mudança de paradigma, aonde a busca dos países é em relação ao desenvolvimento sustentável. Assim, as sociedades modernas têm um grande desafio: continuar seu processo de desenvolvimento preservando os recursos naturais.

Por fim, o desenvolvimento sustentável é um desafio mundial e requer estratégias complementares entre o norte e o sul, onde um supra as deficiências e

necessidades do outro. Faz-se necessária também uma combinação viável entre economia e ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas competem às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.

E essas interfaces devem estar presentes na prática do desenvolvimento do turismo sustentável, limitando-se o uso dos recursos naturais, minimizando os impactos gerados e promovendo, de fato, ações que visem à geração de desenvolvimento, sem esgotamento dos recursos naturais.

Referências

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. **Reconsiderações do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CARA, R. B.. El turismo y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIAS, G. F.. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 120p.

DREW, D.. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Tradução de João dos Santos; revisão de Suely Bastos. São Paulo: DIFEL, 1986.

HALL, M. C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

GONÇALVES B. D. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio da presente geração**. Disponível em: <<http://www.espaçoacadêmico.com.br>> Acesso em: 21 out 2007.

PHILIPI JUNIOR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. In: PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental: Evolução e Conceitos**. Barueri, SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental 2).

RUSCHMANN, D. V. de M.. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

VIEIRA, L. V. L. V. **Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo.** (Dissertação de mestrado). São Cristóvão: UFS/NESA/PRODEMA, 2000.

ZAMBERLAM, J.; Froncheti, A. **Agricultura Ecológica:** Preservação do pequeno agricultor e do Meio Ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.